



ALE-RO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

ANALISTA LEGISLATIVO PEDAGOGIA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico Matemático
- ▶ História de Rondônia
- ▶ Geografia de Rondônia
- ▶ Conhecimentos Específicos
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Legislação Específica

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL Nº 01, DE 20
DE OUTUBRO DE 2025**



40
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



ALE-RO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA

Analista Legislativo-
Pedagogia

EDITAL N° 01, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

CÓD: SL-013NV-25
7908433286103

Língua Portuguesa

1. Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo)	9
2. Interpretação e organização interna	16
3. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos	17
4. Emprego de tempos e modos dos verbos em português. mecanismos de flexão dos nomes e verbos	22
5. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais	25
6. Processos de formação de palavras	33
7. Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação	38
8. Concordância nominal e verbal	43
9. Transitividade e regência de nomes e verbos	46
10. Padrões gerais de colocação pronominal no português	50
11. Mecanismos de coesão textual	51
12. Ortografia	56
13. Acentuação gráfica	61
14. Emprego do sinal indicativo de crase	65
15. Pontuação	67
16. Estilística: figuras de linguagem	74
17. Reescritura de frases: substituição, deslocamento, paralelismo	76
18. Variação linguística: norma padrão	80

Raciocínio Lógico-Matemático

1. Lógica: proposições, valor-verdade, negação, conjunção, disjunção, implicação, equivalência, proposições compostas. Equivalências lógicas	85
2. Problemas de raciocínio: deduzir informações de relações arbitrárias entre objetos, lugares, pessoas e/ou eventos fictícios dados	91
3. Diagramas lógicos	93
4. Tabelas e gráficos	94
5. Conjuntos e suas operações	100
6. Números naturais, inteiros, racionais, reais e suas operações. Representação na reta	103
7. Unidades de medida: distância, massa e tempo. Medidas de comprimento, área, volume	114
8. Representação de pontos no plano cartesiano	117
9. Álgebra básica: equações, sistemas e problemas do primeiro grau	118
10. Proporcionalidade direta e inversa	121
11. Porcentagem	122
12. Juros	124
13. Sequências, reconhecimento de padrões, progressões aritmética e geométrica	126
14. Geometria básica: distâncias e ângulos, polígonos, circunferência, perímetro e área	128
15. Princípios de contagem	134
16. Noções de probabilidade	138

História de Rondônia

1. As bases da ocupação colonial da Amazônia	145
2. As políticas do Estado português para as regiões dos vales do Guaporé e Madeira	150
3. A questão das fronteiras entre América Portuguesa e o império hispânico e a criação da Capitania de Mato Grosso.....	155
4. A economia colonial nos vales do Guaporé e Madeira: mineração, drogas do sertão, o escravismo, o contrabando e as rotas fluviais.....	160
5. Colonização e povoamento no vale do Madeira e do Guaporé nos séculos XIX e XX.....	165
6. O advento da exploração seringueira e a questão das fronteiras	169
7. As diversas etapas da construção da Ferrovia Madeira Mamoré	174
8. A Comissão Rondon e a instalação das linhas telegráficas	179
9. A criação dos Territórios Federais do Guaporé e de Rondônia	183
10. Os novos surtos de povoamento e a ampliação do extrativismo mineral	188
11. A implantação do Estado de Rondônia. Os projetos de colonização estatais e privados.....	192
12. A instalação da rodovia federal BR-364	196

Geografia de Rondônia

1. Povoamento e ocupação dos Vales do Madeira, Mamoré e Guaporé.....	203
2. Colonização ibérica na região	204
3. A colonização portuguesa no Vale do Guaporé	205
4. Os séculos XIX e XX e a exploração da borracha, poia e castanha	206
5. A construção da EFMM e da Linha Telegráfica.....	207
6. Território Federal do Guaporé/Rondônia.....	208
7. A Rodovia BR-364 e os garimpos	209
8. A ocupação recente da Amazônia e Rondônia: a colonização agropastoril	210
9. O Estado de Rondônia, da criação às questões atuais	211
10. O ambiente amazônico, as estruturas físicas e ambientais da região.....	212
11. O Estado de Rondônia: componentes do meio físico e ambiental	213
12. Populações e ocupação do espaço: processos migratórios; distribuição de renda; indicadores de qualidade de vida; populações tradicionais	214
13. As divisões regionais	215
14. Produção econômica regional	217
15. As questões socioambientais.....	218
16. História do Poder Legislativo de Rondônia	219

Conhecimentos Específicos

Analista Legislativo - Pedagogia

1. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – Ldb nº 9.394/96: princípios, fins e organização da educação nacional; níveis e modalidades de educação e ensino. o ensino fundamental a partir da lei nº 9.394/96; o ensino médio a partir da lei nº 9.394/96	223
2. As diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental.....	243
3. As diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio	252
4. Diretrizes para educação de jovens e adultos.....	262
5. Diretrizes para educação especial.....	266
6. História da educação (brasil).....	270
7. Gestão democrática na escola: a construção do projeto político-pedagógico	272
8. Os referenciais nacionais para a formação de professores: papel do professor no coletivo escolar	274
9. As novas competências requeridas para o ensino	275
10. Organização curricular; fundamentos do currículo centrado em disciplinas/conteúdos e do currículo centrado em áreas	277
11. A organização do currículo por áreas de conhecimento; currículo orientado para a construção de competências	279
12. O ensino-aprendizagem no contexto do currículo por competências: o processo ensinoaprendizagem: atores e componentes	281
13. Aprendizagem e desenvolvimento.....	286
14. A metodologia dos projetos didáticos	292
15. Avaliação diagnóstica e formativa.....	292
16. A análise de erros numa perspectiva de orientação/reorientação do ensino	294
17. A especificidade do pedagogo – saberes pedagógicos e atividade docente.....	296

Noções de Informática

1. Arquitetura básica de computadores: hardware, componentes e funções; unidade central de processamento; memória RAM, cache e tipos de armazenamento; dispositivos de entrada e saída e de armazenamento de dados: teclado, mouse, monitor, impressoras, scanner, discos rígidos, SSDs, pendrives, discos ópticos, conectores e portas de comunicação.....	305
2. Armazenamento em nuvem	309
3. Windows 10/11: conceitos básicos de software e sistema operacional; programas e utilitários, ambiente gráfico, área de trabalho, janelas, ícones, atalhos de teclado, pastas, tipos de arquivos, criação, cópia, exclusão e restauração de arquivos. figuras e imagens (formatos e uso)	309
4. MS Office 2021 e Microsoft 365 (Word, Excel, PowerPoint, OneDrive e Teams): conceitos, características, principais funcionalidades, ícones, atalhos de teclado, criação e edição de documentos, planilhas e apresentações, inserção de gráficos e tabelas, compartilhamento e uso de recursos na nuvem.....	334
5. Google Workspace (Gmail, Documentos, Planilhas, Apresentações, Drive, Meet e Agenda): conceitos, características, funcionalidades, colaboração em tempo real e armazenamento online.....	360
6. Internet: conceitos e características; navegadores (Microsoft Edge, Google Chrome, Mozilla Firefox); mecanismos de busca; downloads e uploads.....	364
7. Correio eletrônico (e-mail): conceitos, características, funcionalidades e boas práticas de uso seguro	369
8. Segurança digital: noções de antivírus, autenticação, senhas seguras, golpes virtuais (phishing)	372

Legislação Específica

1. Constituição Estadual: Título I – Da Organização do Estado: Disposições Preliminares, Da Competência do Estado e da Administração Pública; Título II – Da Organização dos Poderes: Do Poder Legislativo.....	383
2. Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia: Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990 e suas alterações.....	396
3. Código de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia	436
4. Estatuto dos Servidores Públicos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas estaduais: Lei Complementar nº 68, de 09 de dezembro de 1992 e suas alterações	437
5. Plano de Carreira, Cargos e Remuneração e o Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia: Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013 e suas alterações	459
6. Estrutura Organizacional Administrativa e o Quadro Gerencial e de Assessoramento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia: Lei do Processo Administrativo Estadual: Lei Ordinária nº 3.830, de 27 de junho de 2016, e suas alterações.....	460
7. Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações: âmbito de aplicação da lei, princípios, definições e agentes públicos	461
8. Resolução ALE/RO nº 593, de 30 de outubro de 2024, que estabelece disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, e suas alterações.....	535
9. Lei de Improbidade Administrativa: Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e suas alterações.....	537
10. Lei de Acesso à Informação: Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e suas alterações	554

LÍNGUA PORTUGUESA

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO: GÊNERO DO TEXTO (LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, NARRATIVO, DESCRITIVO E ARGUMENTATIVO)

O estudo dos tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão e produção de textos em diversas situações comunicativas, sendo um tema recorrente em provas de concursos públicos. Ao compreender esses conceitos, o candidato adquire a capacidade de interpretar de forma mais eficaz os diferentes textos que encontrará, além de aprimorar sua habilidade de redigir conforme as exigências de cada situação.

Os tipos textuais referem-se a estruturas mais amplas e fixas que caracterizam a forma como o conteúdo é apresentado, como o narrativo, descritivo, dissertativo-argumentativo, expositivo e injuntivo. Já os gêneros textuais são as variadas manifestações desses tipos, adaptando-se ao contexto social, à finalidade e ao meio de comunicação, como notícias, editoriais, cartas de opinião, entre outros.

TIPOS TEXTUAIS: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

Os tipos textuais são modelos de estrutura e organização que orientam a maneira como um texto é construído, determinando sua função comunicativa e as estratégias linguísticas empregadas em sua elaboração. Esses tipos são considerados padrões relativamente estáveis que definem a forma e o propósito do texto, orientando o autor e o leitor sobre como a mensagem será apresentada.

Ao todo, temos cinco tipos textuais clássicos, que aparecem com frequência em questões de concursos públicos e que são fundamentais para a compreensão da estrutura e organização dos textos: o descritivo, o injuntivo, o expositivo, o dissertativo-argumentativo e o narrativo. Cada um desses tipos textuais possui características próprias que influenciam a maneira como o texto é organizado, e a identificação dessas características é essencial para a interpretação e produção de textos de acordo com as demandas específicas de cada contexto.

► Tipo Textual Descritivo

O tipo descritivo é voltado para a criação de uma imagem detalhada de um objeto, pessoa, lugar, situação ou sentimento. O objetivo principal é permitir que o leitor visualize ou experimente o que está sendo descrito, utilizando recursos linguísticos que enfatizam as características sensoriais e perceptivas.

Características principais:

- Uso frequente de adjetivos, locuções adjetivas e orações adjetivas para caracterizar o objeto descrito.

- A descrição pode ser objetiva, quando o autor busca apresentar os detalhes de forma imparcial, ou subjetiva, quando há a inclusão de impressões e sentimentos pessoais.
- O texto é marcado por uma estrutura estática, sem progressão temporal.

- **Exemplos de gêneros textuais descritivos:** anúncios classificados, cardápios, biografias, manuais e relatos de viagem.

► Tipo Textual Injuntivo

O tipo injuntivo, também conhecido como instrucional, tem como propósito orientar, instruir ou comandar o leitor a realizar uma ação específica. É comum em situações em que é necessário indicar procedimentos, dar instruções ou estabelecer regras.

Características principais:

- Uso predominante de verbos no modo imperativo e em formas que expressam obrigação ou instrução (futuro do presente, por exemplo).
- A linguagem é direta e objetiva, com frases curtas e claras.
- A presença de marcas de interlocução, como pronomes e verbos em segunda pessoa, é comum para estabelecer uma relação de diálogo com o leitor.

- **Exemplos de gêneros textuais injuntivos:** receitas culinárias, bulas de remédio, manuais de instrução, regulamentos e editais.

► Tipo Textual Expositivo

O texto expositivo tem como principal objetivo informar, esclarecer ou explicar determinado assunto ao leitor. Sua função é apresentar informações de forma clara, imparcial e objetiva, sem a intenção de convencer ou influenciar.

Características principais:

- Apresenta uma estrutura clara, com introdução, desenvolvimento e conclusão.
- Uso de linguagem formal, objetiva e impessoal.
- O verbo é empregado predominantemente no presente, e a organização das ideias segue uma sequência lógica e ordenada.

- **Exemplos de gêneros textuais expositivos:** enciclopédias, artigos científicos, verbetes de dicionário, palestras e entrevistas.

► Tipo Textual Dissertativo-Argumentativo

O tipo dissertativo-argumentativo é amplamente utilizado em redações de concursos e vestibulares. Seu objetivo é expor ideias, discutir um tema e defender um ponto de vista, utilizando argumentos consistentes e bem estruturados.

Características principais:

- Estrutura típica com introdução (apresentação da tese), desenvolvimento (argumentos) e conclusão (reforço ou síntese da ideia principal).
- Presença de elementos que visam convencer o leitor, como citações, dados estatísticos, exemplos e comparações.
- Uso de verbos no presente, em primeira ou terceira pessoa, dependendo do grau de formalidade.

▪ **Exemplos de gêneros textuais dissertativo-argumentativos:** artigos de opinião, editoriais, ensaios, resenhas e cartas argumentativas.

► Tipo Textual Narrativo

O tipo narrativo é aquele em que o autor conta uma história, real ou fictícia, envolvendo personagens, um enredo, tempo e espaço. A narrativa envolve a apresentação de eventos que se desenrolam ao longo do tempo, seguindo uma sequência lógica.

Características principais:

- Presença de personagens, narrador, enredo, tempo e espaço.
- Uso predominante de verbos no pretérito, que conferem a ideia de acontecimentos já ocorridos.
- Pode adotar diferentes tipos de narrador, como o narrador em primeira pessoa (participa da história) ou o narrador em terceira pessoa (observador ou onisciente).

▪ **Exemplos de gêneros textuais narrativos:** contos, romances, fábulas, crônicas e lendas.

RELAÇÃO ENTRE OS TIPOS TEXTUAIS E A FUNÇÃO COMUNICATIVA

Os tipos textuais servem como base para a construção de qualquer texto e têm uma função comunicativa que orienta a escolha das estruturas gramaticais, do vocabulário e do estilo de escrita. Por exemplo, ao produzir um texto narrativo, espera-se que haja uma sequência de ações e eventos; ao criar um texto dissertativo-argumentativo, é necessário apresentar e defender uma ideia de forma lógica e coerente.

A compreensão das características dos tipos textuais é fundamental para que os candidatos sejam capazes de identificar a estrutura e a finalidade dos textos em provas de concursos públicos, assim como para que possam produzir redações de acordo com as exigências da banca examinadora. Portanto, o conhecimento aprofundado dos tipos textuais é um diferencial importante para o sucesso em questões que abordam análise e produção textual.

► Análise dos Principais Tipos Textuais

Os tipos textuais são a base que orienta a construção e a organização de um texto, guiando a forma como as informações são apresentadas e recebidas pelo leitor. A seguir, analisaremos em detalhes os cinco principais tipos textuais: descritivo, injuntivo, expositivo, dissertativo-argumentativo e narrativo, destacando suas características, usos e exemplos práticos. Esse entendimento é fundamental para a interpretação e produção de textos, especialmente em contextos como concursos públicos e vestibulares, nos quais a capacidade de identificar e aplicar os tipos textuais é frequentemente avaliada.

► Tipo Textual Descritivo

O tipo textual descritivo tem como objetivo pintar uma imagem mental de um objeto, pessoa, ambiente, situação ou sentimento, fornecendo detalhes que ajudam o leitor a “visualizar” o que está sendo descrito. É comum encontrar a descrição em textos literários, em que o autor deseja criar um cenário ou caracterizar um personagem, mas ela também aparece em textos não literários, como anúncios classificados, cardápios e laudos médicos.

Características principais:

- **Uso de adjetivos e locuções adjetivas:** Proporcionam detalhes sobre características físicas ou emocionais do que está sendo descrito.
- **Verbos de ligação:** Verbos como “ser”, “estar” e “parecer” são frequentes, pois ajudam a conectar as características ao objeto descrito.
- **Detalhamento minucioso:** Enumeração de características que podem incluir cor, forma, tamanho, textura, cheiro e emoções, tornando a descrição rica e detalhada.
- **Estilo estático:** A descrição não envolve ação ou movimento; o foco é a apresentação das características.
- **Exemplos de uso:** Biografias, descrições em romances, relatórios técnicos e anúncios de classificados.

▪ **Exemplo prático:** “A casa era pequena, de paredes brancas, janelas azuis e telhado vermelho. O jardim à frente era bem cuidado, com flores amarelas e rosas que exalavam um perfume suave.”

► Tipo Textual Injuntivo

O tipo textual injuntivo, também chamado de instrucional, tem como finalidade orientar, instruir ou ordenar o leitor a realizar uma determinada ação. Esse tipo é utilizado em textos que apresentam comandos, instruções ou regras, e é bastante comum em manuais de instruções, receitas culinárias, editais de concursos e regulamentos.

Características principais:

- **Uso de verbos no modo imperativo:** O uso de verbos como “faça”, “coloque”, “misture” é frequente, indicando instruções claras e diretas.
- **Frases curtas e objetivas:** O texto é conciso e vai direto ao ponto, facilitando a compreensão do leitor.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

LÓGICA: PROPOSIÇÕES, VALOR-VERDADE, NEGAÇÃO, CONJUNÇÃO, DISJUNÇÃO, IMPLICAÇÃO, EQUIVALÊNCIA, PROPOSIÇÕES COMPOSTAS. EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

VALORES LÓGICOS

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

▪ **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$.

Exemplo: "Hoje é segunda-feira" é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

▪ **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: "O céu é azul e não azul" é uma contradição.

▪ **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: "Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F."

Exemplo: "Está chovendo ou não está chovendo" é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

► Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- **Frases interrogativas:** "Quando será a prova?"

- **Frases exclamativas:** "Que maravilhoso!"
- **Frases imperativas:** "Desligue a televisão."
- **Frases sem sentido lógico:** "Esta frase é falsa."

► Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- **Sentença fechada e verdadeira:** " $2 + 2 = 4$ "
- **Sentença fechada e falsa:** "O Brasil é uma ilha"

► Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

- **p:** "João é engenheiro."
- **q:** "Maria é professora."

Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo: P: "João é engenheiro e Maria é professora."

► Classificação de Frases

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

▪ **"O céu é azul."** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

▪ **"Quantos anos você tem?"** – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).

▪ **"João é alto."** – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).

▪ **"Seja bem-vindo!"** – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).

▪ **" $2 + 2 = 4$."** – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).

▪ **"Ele é muito bom."** – Sentença aberta (não se sabe quem é "ele" e o que significa "bom").

▪ **"Choveu ontem."** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

AMOSTRA

- “Esta frase é falsa.” – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).
- “Abra a janela, por favor.” – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).
- “O número x é maior que 10.” – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Exemplo: (CESPE)

Na lista de frases apresentadas a seguir:

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

- (A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
 - (B) Não sabemos os valores de x e y , então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.
 - (C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.
 - (D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.
 - (E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
- Resposta: B.

CONECTIVOS LÓGICOS

Para formar proposições compostas a partir de proposições simples, utilizamos conectivos lógicos. Esses conectivos estabelecem relações entre as proposições, criando novas sentenças com significados mais complexos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos		
			p	q	Resultado
Negação	$\sim$ ou $\neg$	Não p	"Hoje é domingo"	-	$\sim p$: "Hoje não é domingo"
Conjunção	$\wedge$	p e q	"Estudei"	"Passei na prova"	$p \wedge q$: "Estudei e passei na prova"
Disjunção Inclusiva	$\vee$	p ou q	"Vou ao cinema"	"Vou ao teatro"	$p \vee q$: "Vou ao cinema ou vou ao teatro"
Disjunção Exclusiva	$\oplus$	Ou p ou q	"Ganhei na loteria"	"Recebi uma herança"	$p \oplus q$: "Ou ganhei na loteria ou recebi uma herança"
Condicional	$\rightarrow$	Se p então q	"Está chovendo"	"Levarei o guarda-chuva"	$p \rightarrow q$: "Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva"
Bicondicional	$\leftrightarrow$	p se e somente se q	"O número é par"	"O número é divisível por 2"	$p \leftrightarrow q$: "O número é par se e somente se é divisível por 2"

Exemplo: (VUNESP)

Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

- (A) $\neg p$, $p \vee q$, $p \wedge q$
- (B) $p \wedge q$, $\neg p$, $p \rightarrow q$

HISTÓRIA DE RONDÔNIA

AS BASES DA OCUPAÇÃO COLONIAL DA AMAZÔNIA

AS MOTIVAÇÕES DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA REGIÃO AMAZÔNICA

A colonização da Amazônia pelos portugueses no período colonial não ocorreu por acaso ou de maneira espontânea. Ao contrário, foi resultado de uma série de fatores estratégicos, econômicos, políticos e religiosos que se intensificaram principalmente a partir do século XVII.

A ocupação dessa região foi marcada por interesses tanto do Estado português quanto da Coroa espanhola, além da ação de grupos religiosos, como os jesuítas, e de ameaças estrangeiras, principalmente de holandeses, ingleses e franceses.

► Defesa territorial e geopolítica

Um dos principais motivos da presença portuguesa na Amazônia foi a necessidade de defender e consolidar o território colonial frente às invasões estrangeiras. No século XVII, holandeses, franceses e ingleses estavam ativos na costa norte da América do Sul, buscando estabelecer feitorias, pontos de comércio e até mesmo colônias.

Apesar do Tratado de Tordesilhas (1494) ter estabelecido uma divisão do Novo Mundo entre Portugal e Espanha, a delimitação exata do território era incerta, e a região amazônica se encontrava em uma zona de disputa. Com o tempo, Portugal passou a considerar a ocupação da Amazônia como essencial para garantir a soberania sobre essa área, estendendo o domínio além da linha de Tordesilhas, o que mais tarde seria legitimado com o Tratado de Madri (1750).

Nesse contexto, a fundação de fortes, como o Forte do Presépio (atual Belém, fundado em 1616), foi uma medida estratégica para marcar presença portuguesa e repelir invasores estrangeiros.

► Interesse econômico e exploração de recursos naturais

Outro fator fundamental foi o interesse nos recursos naturais da Amazônia. A região era vista como uma fonte inesgotável de riquezas, especialmente pelas drogas do sertão – nome dado a produtos extraídos da floresta, como cacau, urucum, salsaparrilha, baunilha, cravo-do-maranhão, castanha, entre outros.

Esses produtos tinham alto valor no mercado europeu e passaram a integrar o sistema econômico colonial. A extração das drogas do sertão foi realizada, em grande parte, com mão de obra indígena, sob o controle dos religiosos ou das autoridades coloniais, sendo um dos primeiros grandes ciclos econômicos da Amazônia.

Além disso, havia interesse em metais preciosos, embora a mineração nunca tenha se desenvolvido de forma intensa na região amazônica como ocorreu em Minas Gerais.

► Expansão religiosa e catequese indígena

A missão evangelizadora da Igreja Católica também foi um componente essencial da colonização. A Companhia de Jesus, por meio dos missionários jesuítas, teve papel fundamental na ocupação da Amazônia. Eles fundaram aldeamentos (missões) ao longo dos rios, com o objetivo de catequizar os indígenas e incorporá-los à lógica da colonização europeia.

Essa ação era, ao mesmo tempo, religiosa e política. Os missionários garantiam a presença portuguesa no interior da floresta, fixavam populações indígenas e estabeleciam laços culturais e administrativos com o poder colonial. A Igreja tinha o apoio da Coroa portuguesa, que via na catequese uma forma de controlar os povos originários e expandir o domínio cristão sobre novas terras.

► Consolidação da política de ocupação do território interior

Durante os séculos XVII e XVIII, o Reino de Portugal adotou uma política de interiorização da ocupação do território brasileiro. A Amazônia, por suas dimensões e dificuldades naturais, estava até então afastada dos centros coloniais mais ativos, como o litoral nordestino e sudeste.

A presença portuguesa no interior da floresta era uma forma de consolidar o controle do império colonial. Para isso, além das missões, foram utilizados os rios como vias de penetração – o que explica a criação de povoados e fortes ao longo das principais bacias hidrográficas, como o rio Amazonas, o Madeira e o Tapajós.

A expansão territorial também era favorecida pela atuação dos bandeirantes, que, mesmo sendo mais ativos no centro-sul do Brasil, chegaram a atuar em áreas amazônicas em busca de riquezas e indígenas.

► Pressão demográfica e busca por novas oportunidades

Com o crescimento da população colonial em outras regiões, alguns grupos passaram a migrar para áreas ainda pouco exploradas, como a Amazônia, em busca de terras e novas oportunidades econômicas. Essa movimentação foi incentivada pela Coroa portuguesa, que desejava consolidar sua presença e explorar as potencialidades da região.

Essa pressão demográfica também se relaciona com a busca por terras para o cultivo agrícola e para a criação de gado, ainda que essas atividades fossem secundárias em relação à coleta de produtos florestais.

A ocupação da Amazônia, portanto, foi resultado de um conjunto de estratégias políticas, econômicas e religiosas que visavam garantir o domínio português sobre uma região de grande importância estratégica, apesar das dificuldades logísticas e naturais enfrentadas pelos colonizadores.

OS MECANISMOS DE OCUPAÇÃO E CONTROLE DO TERRITÓRIO

A ocupação da Amazônia durante o período colonial português não se deu de maneira uniforme ou imediata. Foi um processo gradual, que combinou interesses econômicos, religiosos e políticos, e exigiu a criação de mecanismos próprios para garantir a posse e o controle da região, especialmente por causa das características geográficas desafiadoras e da resistência de grupos indígenas.

► A fundação de fortes e povoações

Um dos primeiros e mais importantes mecanismos de ocupação foi a construção de fortes militares em pontos estratégicos, geralmente próximos à foz de grandes rios. Esses fortes funcionavam como postos de vigilância, defesa e organização administrativa. Serviam também como base para a fundação de povoações permanentes.

O principal exemplo disso é o Forte do Presépio, fundado em 1616 na região onde hoje está Belém do Pará. A partir dele, os portugueses iniciaram uma ocupação mais efetiva da região amazônica, controlando a entrada do rio Amazonas e impedindo a ação de estrangeiros, especialmente os holandeses e franceses.

Outros fortes importantes foram criados ao longo dos rios Tocantins, Madeira e Solimões, contribuindo para a fixação da presença lusa no interior.

► O papel dos rios como vias de penetração e ocupação

Diferente de outras regiões do Brasil, onde a ocupação se deu a partir do litoral, a Amazônia exigiu uma lógica diferente: a ocupação se organizou a partir dos rios. Esses cursos d'água eram as principais "estradas" da época, permitindo o deslocamento de tropas, missionários, comerciantes e colonos.

As margens dos rios tornaram-se locais privilegiados para a fundação de aldeias, missões religiosas e pontos de extração de recursos. A própria cidade de Manaus nasceu dessa lógica fluvial, tendo origem em um forte construído na confluência de rios importantes.

O domínio dos rios era, portanto, essencial para o controle territorial. Quem dominava os rios, dominava o fluxo de pessoas, mercadorias e informações.

► Missões religiosas e aldeamentos indígenas

A atuação dos missionários, especialmente os jesuítas, foi um dos principais instrumentos de ocupação territorial. As missões tinham duplo papel: catequético e colonizador. Ao reunir os indígenas em aldeamentos (também chamados de "reduções"), os religiosos os submetiam a um novo modo de vida, baseado na agricultura, na religião católica e no trabalho comunitário.

Essas missões, embora apresentadas como espaços de proteção indígena, eram também formas de controle populacional. Os povos originários eram retirados de seus territórios tradicionais, reorganizados em novos padrões de moradia e inseridos na lógica da colonização.

Outras ordens religiosas também atuaram na região, como os franciscanos e mercedários, mas os jesuítas foram os mais influentes, com presença marcante nos séculos XVII e XVIII.

► Expedições de exploração e reconhecimento territorial

As chamadas "entradas" e "expedições" foram instrumentos utilizados para explorar, reconhecer e mapear a região. Essas viagens eram realizadas por militares, religiosos ou bandeirantes, com o objetivo de identificar riquezas naturais, estabelecer contato com tribos indígenas e verificar pontos estratégicos para a construção de novos fortes e missões.

Um exemplo importante foi a expedição de Pedro Teixeira, em 1637, que subiu o rio Amazonas até o atual território do Equador e depois retornou. Essa jornada foi importante para reforçar a ocupação portuguesa na bacia amazônica, demonstrando a viabilidade da navegação e a extensão da presença lusa.

Essas incursões também ajudaram a criar rotas comerciais e fortalecer o controle sobre a região.

► Distribuição de sesmarias e organização administrativa

Outro mecanismo utilizado pela Coroa portuguesa foi a concessão de sesmarias – grandes lotes de terra doados a colonos para promover a produção agrícola e o povoamento. Apesar das dificuldades do terreno amazônico para a agricultura de grande escala, essas concessões foram feitas com o objetivo de fixar a população e estimular a colonização.

Com o tempo, a região amazônica foi sendo incorporada a estruturas administrativas mais complexas. A criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1751, com sede em Belém, foi um marco na organização da Amazônia como parte integrante do império colonial português.

Esse Estado tinha certa autonomia administrativa em relação ao centro-sul do Brasil, sendo responsável por controlar uma vasta porção da Amazônia, com aparato militar, fiscal e jurídico próprio.

► A atuação militar e o uso da força

O uso da força foi uma constante no processo de ocupação. Em muitos casos, os portugueses enfrentaram forte resistência dos povos indígenas, que se opunham à perda de suas terras e à imposição da cultura europeia.

Para garantir o domínio, o poder colonial recorreu frequentemente à violência, com campanhas militares, destruição de aldeias e aprisionamento de indígenas. As tropas coloniais atuavam tanto na repressão quanto na proteção dos interesses lusitanos.

Além disso, o recrutamento de indígenas aliados (conhecidos como "índios amigos") era uma prática comum. Esses grupos eram utilizados para combater outras tribos, atuar como guias ou ajudar na construção de fortes e povoações.

A combinação desses mecanismos permitiu aos portugueses estabelecer e manter sua presença na Amazônia, mesmo diante das dificuldades naturais e da complexidade cultural da região. A ocupação se deu de forma lenta, porém persistente, moldando as bases do que viria a se tornar o território amazônico brasileiro.

GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

POVOAMENTO E OCUPAÇÃO DOS VALES DO MADEIRA, MAMORÉ E GUAPORÉ

A IMPORTÂNCIA DOS VALES FLUVIAIS PARA A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE RONDÔNIA

O estado de Rondônia, localizado na região Norte do Brasil, teve sua conformação territorial marcada por ciclos econômicos, pela geopolítica da fronteira e por fluxos migratórios que se adensaram a partir do século XIX. Os vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé desempenharam papel essencial nesse processo, não apenas por sua importância geográfica como eixos naturais de circulação, mas também por influenciarem diretamente nas formas de povoamento e ocupação humana. Esta análise pretende discutir como esses rios estruturaram o território rondoniense, considerando fatores históricos, sociais, econômicos e ambientais.

Esses vales foram palco de transformações profundas, desde os tempos das missões religiosas e explorações portuguesas e espanholas até os ciclos econômicos da borracha e os projetos de integração nacional, como a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e os programas de colonização federal nas décadas de 1970 e 1980. Para compreender a dinâmica atual de Rondônia, é imprescindível estudar como esses rios moldaram os assentamentos humanos e definiram estratégias de ocupação territorial.

PRIMEIROS CONTATOS E MISSÕES RELIGIOSAS: A PRESENÇA LUSO-ESPAÑHOLA NO SÉCULO XVIII

O início do povoamento dos vales do Madeira, Mamoré e Guaporé está diretamente ligado à presença das Coroas ibéricas na região amazônica. A partir do século XVIII, com a assinatura do Tratado de Madri (1750), intensificaram-se as disputas territoriais entre portugueses e espanhóis. A linha do rio Guaporé passou a ser entendida como limite natural entre os domínios portugueses (ao norte e leste) e espanhóis (ao sul e oeste).

Nesse contexto, foram criadas missões jesuíticas e aldeamentos indígenas, com o intuito de consolidar a ocupação e catequese das populações locais. Um exemplo marcante é a Fundação de Forte Príncipe da Beira (1776), às margens do Guaporé, como estratégia militar portuguesa para garantir a soberania do território.

Pontos-chave:

- A ocupação era esparsa e voltada à manutenção de uma presença simbólica e estratégica na região.
- Os rios eram os principais meios de transporte e comunicação, o que os tornava corredores logísticos e culturais.

- As populações indígenas resistiram a essas ocupações, mas também foram integradas de forma forçada em muitos contextos.

CICLO DA BORRACHA E A INTENSIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO (FINAL DO SÉCULO XIX – INÍCIO DO SÉCULO XX)

Com a expansão do ciclo da borracha na Amazônia, houve uma mudança significativa no perfil de ocupação dos vales fluviais. Os rios Madeira e Mamoré tornaram-se fundamentais para o escoamento da borracha extraída nas áreas interiores de Rondônia e da Bolívia. Nesse contexto, destaca-se a tentativa de superar os obstáculos naturais (como as corredeiras do Madeira) com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), iniciada em 1907 e concluída em 1912.

A EFMM ligava Porto Velho (às margens do Madeira) a Guajará-Mirim (no Mamoré), permitindo o transporte da produção gomífera até os portos brasileiros. A ferrovia foi um vetor fundamental de ocupação e urbanização da região:

- Estimulou a formação de vilas e núcleos urbanos ao longo do traçado.
- Atração de migrantes nordestinos, caribenhos e europeus para trabalhar na construção da estrada.
- Aumentou a presença institucional do Estado brasileiro na região.

No entanto, a decadência da borracha após a Primeira Guerra Mundial levou ao abandono de muitas dessas áreas, consolidando um ciclo de crescimento e retração marcado pela dependência de produtos de exportação.

PROJETOS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E COLONIZAÇÃO DIRIGIDA (DÉCADAS DE 1960 A 1980)

Nas décadas de 1960 a 1980, os vales do Madeira, Mamoré e Guaporé passaram por uma nova fase de ocupação, desta vez impulsionada por políticas do governo militar que visavam integrar a Amazônia ao restante do território nacional. Programas como o Projeto POLONOROESTE (Política de Desenvolvimento da Região Norte-Oeste), financiado pelo Banco Mundial, promoveram a abertura de estradas (notadamente a BR-364) e a implantação de projetos de colonização agrícola.

Essa nova onda migratória transformou profundamente a paisagem regional:

- Colonos vindos principalmente do Sul e Sudeste do país passaram a ocupar áreas próximas aos rios.
- A terra foi distribuída por meio de projetos do INCRA, provocando conflitos fundiários com populações tradicionais e indígenas.
- A expansão da fronteira agrícola causou desmatamento e degradação ambiental nas áreas de planície dos vales.

Apesar das promessas de progresso, muitos desses projetos foram mal planejados, levando a problemas sociais e ambientais graves que ainda perduram na região.

Configuração Atual: Urbanização, Produção e Conflitos

Hoje, os vales do Madeira, Mamoré e Guaporé concentram algumas das cidades mais importantes de Rondônia, como Porto Velho, Guajará-Mirim e Costa Marques, e continuam desempenhando papel estratégico no estado. O rio Madeira, em especial, é uma via essencial para o transporte de cargas e para a produção de energia, com destaque para a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.

Entretanto, a ocupação desses vales continua gerando desafios significativos:

- Conflitos agrários com posseiros, grileiros, indígenas e ribeirinhos.
- Pressões ambientais decorrentes do garimpo ilegal, extração de madeira e expansão da pecuária.
- Dificuldades de infraestrutura e acesso a serviços públicos em muitas áreas ribeirinhas.

O desafio atual é conciliar desenvolvimento econômico com justiça social e sustentabilidade ambiental, respeitando os modos de vida tradicionais e os direitos territoriais de povos indígenas e comunidades locais.

COLONIZAÇÃO IBÉRICA NA REGIÃO

A FRONTEIRA IBERO-AMERICANA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

A região hoje correspondente ao estado de Rondônia foi palco de um dos mais complexos processos de colonização da Amazônia ocidental, marcado pela presença das duas grandes potências ibéricas do período colonial: Portugal e Espanha. A colonização ibérica na região dos vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, ocorrida principalmente nos séculos XVII e XVIII, esteve vinculada a disputas territoriais, às estratégias missionárias e militares, e ao interesse crescente sobre os recursos naturais e a geopolítica amazônica.

Ao contrário de outras regiões do Brasil, cuja colonização portuguesa seguiu o litoral em direção ao interior, Rondônia foi alcançada por caminhos fluviais que vinham tanto do Peru (via Alto Madeira) quanto do interior da Bolívia (via Guaporé e Mamoré). Esse fator fez com que a presença espanhola fosse mais intensa inicialmente, sendo depois gradualmente substituída pela ocupação portuguesa, especialmente após o Tratado de Madri, em 1750.

O CONTEXTO DAS DISPUTAS ENTRE PORTUGAL E ESPANHA PELA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Durante o período colonial, a delimitação das fronteiras entre os domínios português e espanhol na América do Sul foi constantemente motivo de disputas. A região de Rondônia, por estar no meio de rotas fluviais que conectavam o interior do continente ao Atlântico, tornou-se estratégica para ambas as potências.

Os principais marcos desse período são:

- **Tratado de Tordesilhas (1494):** estabelecia um meridiano imaginário como limite entre as terras de Portugal e Espanha, mas era vago em relação ao interior do continente.
- **Tratado de Madri (1750):** substituiu Tordesilhas, com base no princípio do uti possidetis, que legitimava a posse efetiva das terras. Isso favoreceu Portugal, que já tinha estabelecido diversos núcleos no interior amazônico.
- **Tratado de Santo Ildefonso (1777) e Tratado de Badajós (1801):** reafirmaram e redefiniram parte das fronteiras coloniais, mantendo a área de Rondônia sob domínio português.

Durante esses períodos, a presença ibérica na região era sustentada principalmente por três frentes: a atuação de ordens religiosas (especialmente os jesuítas), as expedições militares e a fundação de fortes e vilas como forma de assegurar a soberania da Coroa.

A PRESENÇA ESPANHOLA: MISSÕES E EXPLORAÇÃO PELO OESTE AMAZÔNICO

A colonização espanhola na região dos vales do Mamoré e Guaporé esteve fortemente associada ao trabalho dos jesuítas espanhóis, que fundaram uma série de missões entre os séculos XVII e XVIII, especialmente com populações indígenas como os Chiquitanos e Mojos (ou Moxos), hoje presentes em território boliviano.

Essas missões tinham caráter duplo: religioso e colonizador. Buscavam:

- Catequizar os povos indígenas;
- Controlar o território frente ao avanço português;
- Estabelecer núcleos produtivos baseados na agricultura e no extrativismo.

As missões espanholas, muitas delas instaladas no Alto Guaporé, serviram também como antepostos comerciais e centros de disseminação da cultura europeia. A sua influência na região declinou com o avanço da presença portuguesa e o progressivo desmonte das missões pelos próprios colonizadores lusos, após os tratados que reconheceram a posse da região por Portugal.

A EXPANSÃO PORTUGUESA: FORTIFICAÇÕES E CONTROLE DO TERRITÓRIO

A partir da segunda metade do século XVIII, com os tratados que asseguraram a posse portuguesa da região, houve um esforço deliberado da Coroa para consolidar sua presença no vale do Guaporé. A principal estratégia foi a fundação de estruturas militares e administrativas, das quais se destacam:

- Forte de Bragança (1769) – construído como posto avançado de defesa.
- Forte Príncipe da Beira (1776) – principal fortaleza militar portuguesa na região do Guaporé, localizada próxima à atual cidade de Costa Marques. Possuía arquitetura imponente, artilharia pesada e alojamentos para militares e civis.

Além da função defensiva, o Forte Príncipe da Beira serviu como núcleo de ocupação portuguesa, promovendo o deslocamento de famílias, escravizados e indígenas aldeados para seus arredores, dando origem aos primeiros povoados de caráter luso-brasileiro na região.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB Nº 9.394/96: PRINCÍPIOS, FINS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL; NÍVEIS E MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO. O ENSINO FUNDAMENTAL A PARTIR DA LEI Nº 9.394/96; O ENSINO MÉDIO A PARTIR DA LEI Nº 9.394/96

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos

oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

XV - garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024)

TÍTULO III DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX – padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023) (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018).

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

IV - divulgar a lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede, inclusive creches, por ordem de colocação e, sempre que possível, por unidade escolar, bem como divulgar os critérios para a elaboração da lista. (Incluído pela Lei nº 14.685, de 2023)

V – garantir aos pais, aos responsáveis e aos estudantes acesso aos resultados das avaliações de qualidade e de rendimento escolar nas instituições de ensino, diretamente realizadas por ele ou em parceria com organizações internacionais. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024)

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

§ 6º Incumbe ao poder público promover, nos termos de regulamento, o acesso público às informações educacionais do censo anual e dos exames e sistemas de avaliação da educação básica, considerado todo o processo de realização dessas atividades. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

§ 7º A organização e a manutenção de sistema de informações e estatísticas educacionais pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito da administração direta e indireta, sujeitar-se-ão ao dever de transparência e publicidade como preceitos gerais e ao direito fundamental de acesso à informação de que trata a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação). (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

§ 8º Dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, sempre que possível, de forma anonimizada, observados os parâmetros para anonimização previstos em regulamento. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

Art. 5º-A Aplica-se o disposto nos §§ 6º, 7º e 8º do art. 5º desta Lei às informações educacionais do censo, dos exames e do sistema de avaliação da educação superior. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

ARQUITETURA BÁSICA DE COMPUTADORES: HARDWARE, COMPONENTES E FUNÇÕES; UNIDADE CENTRAL DE PROCESSAMENTO; MEMÓRIA RAM, CACHE E TIPOS DE ARMAZENAMENTO; DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA E DE ARMAZENAMENTO DE DADOS: TECLADO-MOUSE, MONITOR, IMPRESSORAS, SCANNER, DISCOS RÍGIDOS, SSDS, PENDRIVES, DISCOS ÓPTICOS, CONECTORES E PORTAS DE COMUNICAÇÃO

Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

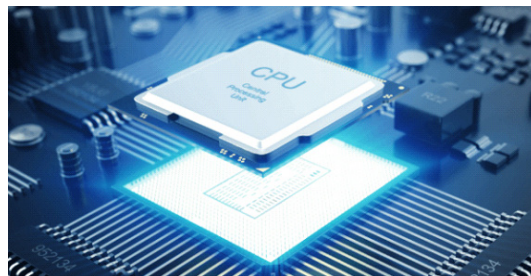
Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de "fila" para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU

Cooler

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engasgos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.



Cooler

Placa-mãe

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.



Placa-mãe

Fonte

A fonte de alimentação é o componente que fornece energia elétrica para o computador. Ela converte a corrente alternada (AC) da tomada em corrente contínua (DC) que pode ser usada pelos componentes internos do computador.



Fonte

Placas de vídeo

São dispositivos responsáveis por renderizar as imagens para serem exibidas no monitor. Elas processam dados gráficos e os convertem em sinais visuais, sendo essenciais para jogos, edição de vídeo e outras aplicações gráficas intensivas.



Placa de vídeo

Memória RAM

Random Access Memory ou Memória de Acesso Randômico é uma memória volátil e rápida que armazena temporariamente os dados dos programas que estão em execução no computador. Ela perde o conteúdo quando o computador é desligado.



Memória RAM

Memória ROM

Read Only Memory ou Memória Somente de Leitura é uma memória não volátil que armazena permanentemente as instruções básicas para o funcionamento do computador, como o BIOS (Basic Input/Output System ou Sistema Básico de Entrada/Saída). Ela não perde o conteúdo quando o computador é desligado.

Memória cache

Esta é uma memória muito rápida e pequena que armazena temporariamente os dados mais usados pelo processador, para acelerar o seu desempenho. Ela pode ser interna (dentro do processador) ou externa (entre o processador e a memória RAM).

Barramentos

Os barramentos são componentes críticos em computadores que facilitam a comunicação entre diferentes partes do sistema, como a CPU, a memória e os dispositivos periféricos. Eles são canais de comunicação que suportam a transferência de dados. Existem vários tipos de barramentos, incluindo:

- **Barramento de Dados:** Transmite dados entre a CPU, a memória e outros componentes.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL: TÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, DA COMPETÊNCIA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; TÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: DO PODER LEGISLATIVO

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Estado de Rondônia, parte integrante e autônoma da República Federativa do Brasil, reger-se-á por esta Constituição e pelas leis que adotar, observados os princípios estabelecidos pela Constituição Federal.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de representantes eleitos, nos termos da Constituição Federal e desta Constituição.

Art. 2º São símbolos do Estado a bandeira, o hino e o brasão, em uso na data da promulgação desta Constituição e outros que a lei venha a estabelecer.

Art. 3º O território do Estado de Rondônia tem como limites os estabelecidos pela lei.

Art. 4º A Capital do Estado é a cidade de Porto Velho.

Art. 5º Incluem-se entre os bens do Estado:

I - os que a ele pertenciam na data da promulgação desta Constituição;

II - no seu território, as águas superficiais ou subterrâneas fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obra da União;

III - as ilhas fluviais e lacustres localizadas em seu território e que não se situem na zona limítrofe com outro país e não pertencentes à União;

IV - as terras devolutas, não pertencentes à União;

V - outros bens e direitos que venha a incorporar ou adquirir, a qualquer título.

Parágrafo único. Os bens do Estado não podem ser objeto de doação, venda, aforamento ou cessão de uso, senão em virtude da lei que disciplinará o seu procedimento.

Art. 6º O Estado divide-se política e administrativamente em Municípios, autônomos nos limites constitucionais.

§ 1º Poderão ser instituídas, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

§ 2º Será instituído, mediante lei complementar,

zoneamento socioeconômico e ecológico. (Dispositivo com a vigência restaurada diante do efeito repristinatório da declaração de inconstitucionalidade da EC nº 126, de 21/03/2018 - processo nº 0800913-33.2018.8.22.0000 TJ/RO – Decisão: “Ação julgada procedente com efeitos ex tunc nos termos do voto da Relatora, por maioria, vencido o Juiz Jorge Luiz dos Santos Leal” Acórdão publicado no Do-e-ALE/RO nº 76, de 29/04/2024, Trânsito em Julgado em 19/03/2024 (após o STF negar seguimento ao Recurso Extraordinário)

§ 3º Poderão ser criadas estâncias turísticas, hidrominerais e climáticas em municípios do Estado, mediante lei complementar que estabeleça as condições e os requisitos mínimos a serem observados para esse fim, em consonância com a manifestação dos órgãos técnicos do Estado. (Acrescido pela EC nº 34, de 12/09/2003 – D.O.E nº 5327, de 06/10/2003)

§ 4º O Estado manterá, na forma que a lei estabelecer, um fundo de melhorias das estâncias, com o objetivo de desenvolver programas de urbanização, melhorias e preservação do meio ambiente das estâncias de qualquer natureza. (Acrescido pela EC nº 34, de 12/09/2003 – D.O.E nº 5327, de 06/10/2003)

§ 5º O fundo de melhoria das estâncias, que será criado por lei, terá dotação orçamentária anual nunca inferior a 10% (dez por cento) da totalidade da arrecadação dos impostos municipais dessas estâncias, no exercício anterior, devendo a lei fixar critérios para a transferência e a aplicação desses recursos. (Acrescido pela EC nº 34, de 12/09/2003 – D.O.E nº 5327, de 06/10/2003)

Art. 7º São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único. Salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, não podendo, quem for investido em cargo de um deles, exercer o de outro.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA DO ESTADO

Art. 8º Ao Estado compete exercer, em seu território, todos os poderes que, implícita ou explicitamente, não lhe sejam vedados pela Constituição Federal, especialmente:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - legislar sobre:

a) o cumprimento desta Constituição;

b) a criação, organização e administração dos seus serviços;

c) os assuntos que não estejam constitucionalmente atribuídos a outra esfera de poder;

III - organizar seus poderes e administração;

IV - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas e prestar contas;

V - organizar e prestar os serviços públicos estaduais;

VI - firmar acordos e convênios com a União, os Municípios, os demais Estados e entidades, para fins de cooperação intergovernamental, execução de leis, serviços, decisões, assistência técnica ou aplicação de recursos;

VII - estabelecer e executar planos regionais de desenvolvimento;

VIII - promover o bem estar social;

IX - estimular e organizar atividade econômica;

X - planejar a economia estadual;

XI - difundir o ensino;

XII - cuidar da saúde pública, assistência social e proteção das pessoas com deficiência; (NR dada pela EC nº 164, de 13/09/2023 – DO-e-ALE. nº 167, de 18/09/2023 e republicada por incorreção no Do-e-ALE nº 172, de 25/09/2023)

XIII - proteger documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, monumentos, paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos;

XIV - coibir a evasão, destruição e a descaracterização de obras-de-arte e de outros bens de valor histórico ou cultural;

XV - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

XVI - preservar as florestas, a fauna, a flora e a bacia hidrográfica da região;

XVII - fomentar o abastecimento e a produção agrosilvopastoril, através de pesquisa, assistência técnica e extensão rural;

XVIII - promover os programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico, tanto no meio urbano quanto na zona rural, diretamente ou em convênio com as Prefeituras;

XIX - promover a integração social dos setores desfavorecidos, identificando-os e combatendo as causas da pobreza e os fatores da marginalização;

XX - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XXI - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito e ecologia nas escolas de ensino fundamental e médio;

XXII - estabelecer política de orientação ao planejamento familiar.

Art. 9º Compete, ainda, ao Estado legislar, de forma concorrente, respeitadas as normas gerais da União, sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II - orçamento;

III - custas dos serviços forenses;

IV - produção e consumo;

V - juntas comerciais;

VI - florestas, caça, pesca, fauna e conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao

consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico e cultural;

IX - educação, cultura, ensino, desporto e lazer;

X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI - previdência social, proteção e defesa da saúde;

XII - assistência jurídica e defensoria pública;

XIII - proteção e integração social das pessoas com deficiência; NR dada pela EC nº 164, de 13/09/2023 – DO-e-ALE. nº 167, de 18/09/2023 e republicada por incorreção no Do-e-ALE nº 172, de 25/09/2023)

XIV - proteção à criança, ao jovem e ao idoso;

XV - organização, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil;

XVI – organização, efetivos, garantias, direitos e deveres da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar;

(NR dada pela EC nº 112, de 13/10/2016 – DO-e-ALE. nº 174, de 13/10/2016).

XVII - (NR dada pela EC nº 139, de 30/04/2020 – DO-e-ALE. nº 077, de 04/05/2020) (Inconstitucional - ADI 0803183-59.2020.8.22.0000 RO)

Parágrafo único - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, a competência do Estado é plena para atender as suas peculiaridades.

Art. 10. Ao Estado é vedado:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros.

IV - interromper obras iniciadas em gestão anterior. (Acrescido pela EC nº 21, de 03/07/2001 – D.O.E. nº 4807, de 23/08/2001)

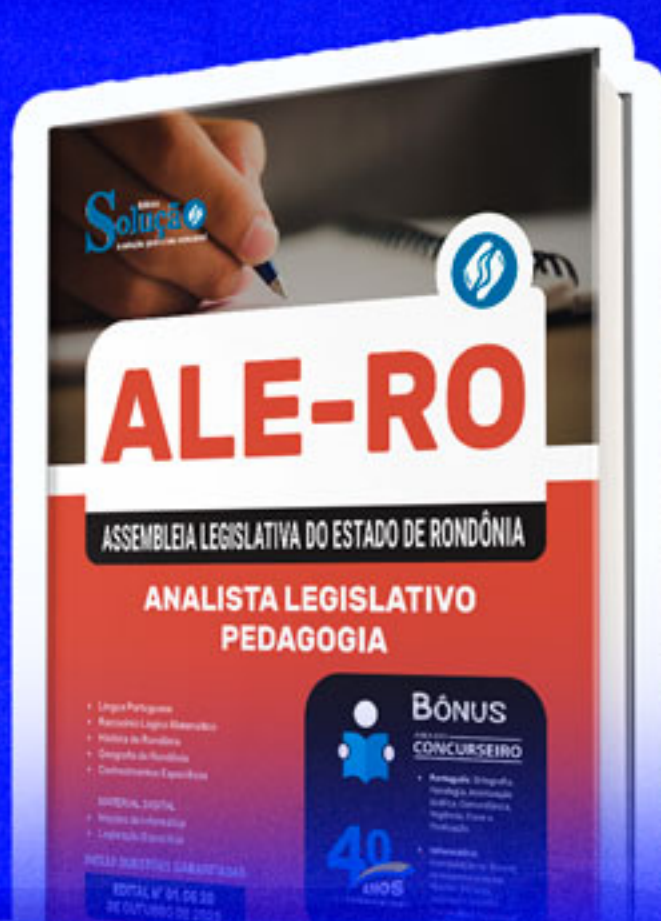
CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 11. A administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes do Estado obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e ao disposto no art. 37 da Constituição Federal e nesta Constituição.

§ 1º O servidor público estadual, quando em exercício de mandato eletivo, receberá o tratamento previsto no art. 38 da Constituição Federal. (Renumerado pela EC nº 21, de 03/07/2001 - D.O.E. nº 4807, de 23/08/2001)

§ 2º No pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, inclusive de servidores e empregados públicos, a Administração Pública deverá obedecer à estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades. (Acrescido pela EC nº 21, de 03/07/2001 - D.O.E. nº 4807, de 23/08/2001)



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!